



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 3/XI/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de Novembro de 2009, pelas 11 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I PARTE

- Audição de Sua Excelência o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros para debater as Conclusões da Reunião Informal de Chefes de Estado ou de Governo de 19 de Novembro de 2009, que decorreu em Bruxelas.

#### II PARTE

- Apreciação e aprovação da Acta nº2/XI/1.º SL.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião saudando os Deputados presentes e dando as boas-vindas a S. Exa. o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE), Luís Amado, a quem passou, de imediato, palavra para que se possa iniciar o primeiro ponto da Ordem do Dia.

O Sr. Ministro começou por salientar que o Conselho Europeu informal do passado dia 19 de Novembro foi um dos Conselhos mais rápidos da história da integração europeia, em face da sua agenda limitada: decisão sobre as personalidades a nomear para os cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança. O consenso para a nomeação de Herman Van Rompuy e da Baronesa Catherine Ashton, respectivamente, foi alcançado rapidamente.

Sobre o perfil dos nomeados, S. Exa. MENE salientou que na UE nunca há soluções óptimas, mas sim as possíveis, em face dos vários equilíbrios a observar. Com 27 Estados-Membros, os compromissos são cada vez mais difíceis. E, neste caso, houve unanimidade nas escolhas, o que é de sublinhar.

Para Portugal, foi sempre valorizada a importância de cargo de Alto-Representante ser preenchido por alguém pertencente à família política socialista, dado que será igualmente um dos Vice-Presidentes da Comissão Europeia. O facto de ser oriundo do Reino Unido é também importante, dado que este Estado-Membro é fundamental na afirmação de uma política externa europeia.

Por outro lado, o Sr. Ministro enfatizou que esta nova composição institucional representa uma nova fase de grande exigência no projecto europeu, pois dependerá de cada um dos nomeados aquilo que os respectivos cargos vierem a ser. O bom entendimento entre os Presidentes do Conselho Europeu, da Comissão Europeia e a Alta Representante é fundamental.

Por fim, S. Exa. MENE destacou que com a entrada em vigor do Tratado, no próximo dia 1 de Dezembro, inicia-se uma nova fase na vida da União Europeia, na qual se espera um papel mais acutilante e uma interpelação mais constante por parte dos Parlamentos nacionais. Afirmou a total disponibilidade do Governo para colaborar com a Comissão de Assuntos Europeus e com a Assembleia da República neste domínio.

No período de debate que se seguiu, começou por intervir o Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) que destacou o apoio sempre dado pelo Partido Socialista ao Tratado de Lisboa e aos cargos por ele criados, dado o potencial que representam para resolver o impasse institucional e o vazio em que a UE se encontrava, dando-lhe uma voz audível na cena internacional. No entanto, manifestou alguma preocupação com as escolhas, considerando que poderão ter sido oportunidades perdidas. Pelo lado positivo, destacou que esta "solução de mínimos" acaba por preservar a Comissão Europeia e o seu papel.

A Deputada Cecília Honório (BE) sublinhou o carácter desconhecido das personalidades escolhidas e manifestou estranheza com o facto de a nomeada para Alta Representante para os Negócios Estrangeiros ser oriunda do Reino Unido e as garantias que tal escolha possa dar em termos da política europeia de defesa. Por fim, questionou o Sr. Ministro relativamente às medidas a tomar por Portugal para corrigir o défice até 2013.

O Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) felicitou o Sr. Ministro pela entrada em vigor do Tratado e, sobre as personalidades nomeadas, lembrou que há quatro anos também ninguém sabia quem era Barack Obama. Por fim, questionou o Sr. Ministro sobre quais os preparativos que estão a ser feitos tendo em vista a participação de Portugal no Serviço Europeu de Acção Externa da UE.

O Deputado Carlos Costa Neves (PSD) não se mostrou desencantado com as escolhas. Relembrando a importância do equilíbrio interinstitucional na UE, afirmou que se as escolhas tivessem recaído em grandes personalidades tal poderia ser prejudicial para o papel da Comissão. Como tal, a não espectacularidade das escolhas até reforça a UE e favorece o equilíbrio institucional.

Na resposta. S. Exa. o MENE manifestou compreensão relativamente a ideia de uma "oportunidade perdida", mas lembrou que a Europa é a oportunidade possível. Há uma tensão realista que exige compromissos, na qual a pedagogia dos pequenos passos é fundamental. O Tratado de Lisboa introduz um equilíbrio institucional dinâmico, pois reforça o Conselho Europeu (que passa a Instituição da UE), mas também valoriza a Comissão, cuja centralidade é fundamental e deve estar sempre presente. Este novo equilíbrio, notou, será feito pela função e o modo como os cargos forem exercidos.

Deste modo, manifestou concordância com a apreciação do Deputado Carlos Costa Neves (PSD): se a escolha tivesse recaído em grandes figuras, tal poderia ser fonte de atrito, especialmente nesta nova etapa em que se inaugura uma nova fase institucional.

Relativamente às questões colocadas pela Deputada Cecília Honório (BE), destacou que era fundamental não alienar o Reino Unido nesta fase tão importante da vida europeia, pois é provável que, em breve, este Estado-Membro seja governado por um partido conservador e eurocético. Como tal, será muito importante que um dos cargos de relevo fosse desempenhado por um inglês. Sobre o enquadramento estratégico, considerou que seria uma aventura pensar que a segurança e defesa europeias poderiam ser feitas sem referência a uma relação transatlântica renovada, na qual o Reino Unido é um actor fundamental. Por fim, e quanto ao défice, S. Exa. MENE declarou não estar mandatado para falar sobre as medidas a adoptar, mas lembrou que a resposta a esta crise exige medidas de política monetária sem precedentes. Como tal, é muito difícil prever as consequências, mas é fundamental que haja uma acção concertada.

No que concerne ao Serviço Europeu de Acção Externa, afirmou que o Ministério dos Negócios Estrangeiros se está a preparar e que, até Abril, a Alta-Representante apresentará uma proposta sobre o Serviço. Como tal, manifestou-se disponível para manter a AR informada sobre os desenvolvimentos nesta matéria.

Na segunda ronda de intervenções, o Deputado Alberto Costa (PS) recordou que, durante a Convenção sobre o Futuro da Europa, a delegação da AR manifestou reservas à criação da figura de Presidente do Conselho, considerando sempre que deveria ter poucos poderes. Sobre o cargo de Alto Representante, e ainda no seio da Convenção, a AR declarou sempre a sua hesitação quanto à atribuição da Presidência do Conselho de Assuntos Gerais a este Alto-Representante. Face a estes dois aspectos, as escolhas efectuadas acabam por ser razoáveis, pois não se inicia esta nova fase com duas grandes figuras. Por fim, realçou que o grande teste político à viabilidade destas soluções será no momento da escolha da próxima Comissão em 2014, quando o Tratado já estiver efectivamente em vigor.

O Deputado José Ribeiro (PS) colocou uma questão sobre as línguas de trabalho, lembrando que alguns documentos muito importantes apenas são disponibilizados em três línguas (inglês, francês e alemão) e a ausência de tradução dificulta a publicidade e conhecimento das decisões e propostas, vedando-se assim o seu conhecimento pelos cidadãos.

Por fim, o Deputado Costa Neves (PSD) sugeriu que a Comissão de Assuntos Europeus faça um acompanhamento mais directo das questões relacionadas com o Serviço Europeu de Acção Externa, dado ser uma matéria que carece de um debate aprofundado.

O Sr. Ministro, no período de respostas, começou precisamente por manifestar a disponibilidade do Governo para um trabalho conjunto com a AR no que diz respeito ao Serviço Europeu de Acção Externa.

No que diz respeito às questões da língua, salientou que o Tratado de Lisboa é inovador nesta matéria, pois afirma as bases de uma política externa assente no direito e na diplomacia, e não na força. Neste contexto, a projecção da língua ganha uma importância acrescida, sendo que Portugal está a trabalhar, no quadro da CPLP, para uma concertação de esforços que valorizem o português como língua de trabalho na UE e também na ONU.

Finalmente, e relativamente à intervenção do Deputado Alberto Costa (PS), considerou que o facto de a Alta-Representante passar a presidir ao Conselho de Negócios Estrangeiros, deixando essa Presidência de ser exercida, rotativamente, pelo MNE do Estado-membro que presida ao Conselho, é o maior passo no sentido da construção de uma política externa europeia. Deixa, assim, de haver presidências semestrais da política externa. Este é um momento decisivo, acrescentou.

Não havendo mais perguntas, encerrou-se assim o primeiro ponto da Ordem do Dia.

A audição a S. Exa. o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Luís Amado, foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Senhor Presidente da Comissão passou ao segundo ponto da Ordem do Dia, submeteu a Acta nº2/XI/1.º SL à apreciação da Comissão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 Novembro 2009.

**O PRESIDENTE**



**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Carlos Costa Neves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Cecília Honório  
José de Bianchi  
José Ribeiro  
Luísa Roseira  
Manuel Seabra  
Miguel Vale Almeida  
Pedro Brandão Rodrigues  
Pedro Duarte  
Sérgio Sousa Pinto  
Vânia Jesus  
Vitalino Canas  
João Paulo Pedrosa  
Maria de Belém Roseira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
João Serpa Oliva  
Luís Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos  
Honório Novo  
José Ferreira Gomes  
Paulo Pisco